Tendo em vista o disposto no § único do artigo 4.º do Decreto-Lei n.º 27 563, de 13 de Março de 1937;

Usando da faculdade conferida pelo n.º 3.º do artigo 109.º da Constituição, o Governo decreta e eu promulgo o seguinte:

Artigo 1.º É autorizada a Direcção-Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais a celebrar contrato com Ventura da Piedade para a execução da empreitada de construção do anexo ao edifício do Comando da Polícia de Segurança Pública de Faro, pela importância de 720.000\$.

Art. 2.º Seja qual for o valor das obras a realizar, não poderá a Direcção-Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais despende com pagamentos relativos às obras executadas, por virtude de contrato, mais de 300.000\$ no corrente ano e 420.000\$, ou o que se apurar como saldo, no ano de 1956.

Publique-se e cumpra-se como nele se contém.

Paços do Governo da República, 20 de Outubro de 1955. — FRANCISCO HIGINO CRAVEIRO LOPES — *António de Oliveira Salazar* — *António Manuel Pinto Barbosa* — *Eduardo de Arantes e Oliveira*.

Decreto n.º 40 358

Considerando que foi adjudicada à firma A. G. E. Técnicos Associados, L.^{da}, a empreitada do Instituto Superior de Ciências Económicas e Financeiras (obras de conservação periódica — continuação);

Considerando que para a execução de tais obras, como se verifica do respectivo caderno de encargos, está fixado o prazo de trezentos e trinta dias, que abrange parte do ano económico de 1955 e do de 1956;

Tendo em vista o disposto no § único do artigo 4.º do Decreto-Lei n.º 27 563, de 13 de Março de 1937;

Usando da faculdade conferida pelo n.º 3.º do artigo 109.º da Constituição, o Governo decreta e eu promulgo o seguinte:

Artigo 1.º É autorizada a Direcção-Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais a celebrar contrato com a firma A. G. E. Técnicos Associados, L.^{da}, para a execução da empreitada do Instituto Superior de Ciências Económicas e Financeiras (obras de conservação periódica — continuação), pela importância de 452.567\$60.

Art. 2.º Seja qual for o valor das obras a realizar, não poderá a Direcção-Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais despende com pagamentos relativos às obras executadas, por virtude de contrato, mais de 207.000\$ no corrente ano e 245.567\$60, ou o que se apurar como saldo, no ano de 1956.

Publique-se e cumpra-se como nele se contém.

Paços do Governo da República, 20 de Outubro de 1955. — FRANCISCO HIGINO CRAVEIRO LOPES — *António de Oliveira Salazar* — *António Manuel Pinto Barbosa* — *Eduardo de Arantes e Oliveira*.

Comissão Administrativa das Novas Instalações para a Marinha

Decreto n.º 40 359

Considerando que foi adjudicada à firma Edificadora Luz & Alves, L.^{da}, a obra de construção de uma oficina de tecelagem e de uma nova oficina de artífices na Fábrica Nacional de Cordoaria;

Considerando que para a execução de tal obra, como se verifica do respectivo caderno de encargos, está fixado o prazo de duzentos e quarenta dias, que abrange parte do ano económico de 1955 e do de 1956;

Tendo em vista o disposto no § único do artigo 4.º do Decreto-Lei n.º 27 563, de 13 de Março de 1937;

Usando da faculdade conferida pelo n.º 3.º do artigo 109.º da Constituição, o Governo decreta e eu promulgo o seguinte:

Artigo 1.º É autorizada a Comissão Administrativa das Novas Instalações para a Marinha a celebrar contrato com a firma Edificadora Luz & Alves, L.^{da}, para execução da obra de construção de uma oficina de tecelagem e de uma nova oficina de artífices na Fábrica Nacional de Cordoaria, pela importância de 629.500\$.

Art. 2.º Seja qual for o valor das obras a realizar, não poderá a Comissão Administrativa das Novas Instalações para a Marinha despende com pagamentos relativos às obras executadas, por virtude de contrato, mais de 380.000\$ no corrente ano e 249.500\$, ou o que se apurar como saldo, no ano de 1956.

Publique-se e cumpra-se como nele se contém.

Paços do Governo da República, 20 de Outubro de 1955. — FRANCISCO HIGINO CRAVEIRO LOPES — *António de Oliveira Salazar* — *António Manuel Pinto Barbosa* — *Américo Deus Rodrigues Thomaz* — *Eduardo de Arantes e Oliveira*.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO NACIONAL

Direcção-Geral do Ensino Superior e das Belas-Artes

Decreto-Lei n.º 40 360

Com a publicação do Decreto-Lei n.º 37 040, de 2 de Setembro de 1948, que promulgou a reforma dos estudos das Faculdades de Medicina, teve-se sobretudo em vista disciplinar a frequência do curso médico-cirúrgico, atribuir a esta organização idêntica nas três escolas e impor definitivamente o estágio clínico.

Pela Lei Orgânica de 1930 (Decreto n.º 18 310, de 10 de Maio) deixara-se para os regulamentos privativos de cada Faculdade a definição do plano do curso geral de Medicina e Cirurgia. Por isso este logo de início acusava de escola para escola pronunciadas e injustificáveis divergências.

Mas os regulamentos estabeleciam ainda a possibilidade de o plano neles definido vir a ser alterado por decisão dos conselhos escolares e até pelos alunos, de cuja vontade dependia o distribuírem-se as disciplinas por cinco ou por seis anos.

Aquela possibilidade e certas concessões que ela estimulou acentuaram, por um lado, as discordâncias entre os planos das três Faculdades e, por outro lado, conduziram a situações verdadeiramente inadmissíveis do ponto de vista pedagógico, como a inscrição num ano em vinte e uma disciplinas, a passagem para determinado ano com aprovação apenas em uma das cinco disciplinas do anterior, a frequência do 5.º ano com falta de exames que deviam ter sido realizados no 3.º . . .

Reagindo contra tal estado de coisas, o Decreto-Lei n.º 37 040 fixou o elenco das disciplinas do curso médico-cirúrgico e a sua distribuição pelos diferentes anos, estabeleceu a tabela de precedências para as inscrições e determinou o regime de exames, num plano único obrigatório para as três Faculdades.

Em justificação da medida escreveu-se no relatório do decreto:

Dá-se assim cumprimento a claro preceito do Estatuto da Instrução Universitária:

Art. 63.º As leis orgânicas das Faculdades ou escolas fixarão o plano geral de estudos, com